

## Reserva extrativista — o legado de Chico Mendes

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA E MAURO ALMEIDA

Há um ano, mataram Chico Mendes, e o tribunal ainda não proclamou quem foram os assassinos e os mandantes. Resgate-se pelo menos sua idéia mestra, a de implantar alternativas para o desenvolvimento da Amazônia que sejam socialmente justas, ecologicamente racionais e economicamente promissoras. A formulação, em 1985, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, da proposta de criação de reservas extrativistas veio dar corpo a uma dessas alternativas.

O que são reservas extrativistas? Pleiteia o Conselho Nacional dos Seringueiros que sejam áreas de domínio público para usufruto de populações que vivem da exploração de recursos naturais renováveis da floresta e que combinem preservação ambiental, reconhecimento de direitos territoriais e desenvolvimento econômico e tecnológico. A idéia é simples: a floresta não é vazia, contém populações que tiram dela seu sustento de forma não-predatória e que portanto têm interesse em preservá-la e em defendê-la. Essas populações são às vezes pensadas como resquícios anacrônicos de outras épocas, ao contrário, a proposta de reservas extrativistas é extraordinariamente moderna. Há nela primeiro a modernidade da cidadania, já que prevê o acesso dos povos da floresta a serviços adequados de saúde e de educação. Há uma modernidade ecológica, já que prevê o acesso dos povos da floresta a serviços adequados de saúde e de educação. Há uma modernidade ecológica, já que o que se deseja é uma reserva de biosfera, na acepção da Unesco, que prevê ocupação humana em áreas de preservação ambiental. Há uma modernidade na busca de uma tecnologia de ponta para recursos naturais renováveis, na pesquisa para diversificação desses recursos e na industrialização dos produtos na região. Há uma modernidade, enfim, na proposta da figura de domínio público e não de lotes individuais, porque o mercado, deixado a si mesmo, não garante a proteção ambiental.

A viabilidade e a racionalidade econômicas das reservas extrativistas vêm sendo demonstradas recentemente por

estudos empíricos no Acre e na Amazônia peruana. Assim, um desses estudos quantificou os custos e benefícios da criação de gado, da agricultura e do extrativismo. Para um projeto de 15 anos, o extrativismo gera lucros médios anuais cinco vezes maiores do que os da agricultura e 15 vezes maiores do que os da pecuária, e isto sem contar os custos de recuperação do solo, altíssimos para as pastagens, altos para a agricultura, e nulos para o extrativismo. O problema, no entanto, é que os lucros da pecuária não provêm propriamente da criação de gado e sim de uma especulação em cima dos incentivos fiscais e do preço da terra na Amazônia: bastará lembrar o estudo de técnico do Ipea/Seplan que, em 1986, mostrava que apenas três sobre 92 projetos agroindustriais implantados com incentivos do Finam eram rentáveis.

Há um mês, o Ibama constituiu um grupo de trabalho com participação, entre outros, do Conselho Nacional de Seringueiros para propor a regulamentação da figura de reservas extrativistas, já previstas em lei. Há 15 dias, o presidente do Conselho Nacional de Seringueiros levou ao presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, que as recebeu favoravelmente, as conclusões do grupo de trabalho e a proposta de criação imediata de uma reserva específica, a do Alto Juruá. No dia 18, segunda-feira passada, o procurador-geral da República e uma delegação do Ministério Público levaram ao presidente do Ibama a mesma reivindicação de que fosse criada a reserva extrativista do Juruá. Fundamentando-a, foram entregues 14 volumes, resultado de oito meses de investigação civil, deflagrada por uma visita da Ação pela Cidadania ao Acre, em fins de março deste ano. A investigação envolveu estudo da Embrapa, perícia ecológica da Unicamp e perícia antropológica da UFRJ/ABA.

Qual é a importância da reserva extrativista do Alto Juruá? Trata-se de reivindicação antiga em que se engajou Chico Mendes, e que constitui um caso exemplar por três razões. Em primeiro lugar, é uma área de excepcional interesse ecológico. Segundo perícia feita

pelo eminente prof. Keith Brown, da Unicamp, a área apresenta a maior diversidade conhecida do Brasil em alguns grupos típicos da floresta tropical, e entre as maiores do Brasil e do mundo em quase todos os grupos, tendo altíssimo valor global seu patrimônio genético. A área proposta inclui pela primeira vez bacias hidrográficas inteiras (de afluentes do Alto Juruá), o que permitiria sua preservação efetiva. Contrariamente ao que ocorre no leste do Estado do Acre, a região, continuamente ocupada por seringueiros que a conquistaram da Bolívia para o Brasil, no início do século, ainda se encontra preservada da devastação, embora ameaçada pela ação predatória dos madeireiros locais. A planejada estrada para o Pacífico, por outro lado, afetará nefastamente a região se não se tomarem medidas efetivas de proteção aos ecossistemas. Como ganho extra estar-se-ão indiretamente protegendo as áreas indígenas contíguas à região.

Em segundo lugar, a reserva extrativista virá alterar as condições de trabalho anacrônicas ainda vigentes no Alto Juruá — que a Procuradoria Geral da República considerou semelhantes à escravidão — e garantir os direitos de cidadania da população local, que já se organizou em cooperativas, apoiadas pelo BNDES. Finalmente, a proposta virá trazer desenvolvimento tecnológico e econômico à região e demonstrar que essa área, que produz 1/4 da borracha natural do município, é economicamente rentável e ambientalmente sustentável. No fundo, trata-se de uma proposta de zoneamento local, compatibilizando a exploração econômica com a proteção ambiental.

Os seringueiros têm propostas novas, que o Ministério Público e a comunidade científica brasileira apóiam e esperam sejam ouvidas.

**MANUELA CARNEIRO DA CUNHA**, antropóloga, é professora da USP e representante da comunidade científica no Conselho Deliberativo do CNPq. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

**MAURO ALMEIDA**, antropólogo, é professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e assessor do Conselho Nacional de Seringueiros.